

A ARTE DE INVENTAR O PASSADO: A PRESENÇA DA RETÓRICA NO CAMPO DA HISTORIOGRAFIA

THE ART OF INVENTING THE PAST: THE PRESENCE OF RHETORIC IN THE FIELD OF HISTORIOGRAPHY

Airton dos Reis Pereira*

Resumo: Este artigo analisa a relação entre história e retórica, ou seja, se propõe a discutir a polêmica em torno da composição escrita da história a partir de figuras retóricas. Explica que, embora a história seja um gênero investigativo com metas e modos específicos bem distintos da ficção e da literatura, ela não está isenta de seu caráter de composição escrita. Nesse sentido, procedimentos literários e artifícios retóricos não deixam de apresentar o caráter de verdade (*alêtheia*) da escrita histórica. Um enredo histórico para ser bem feito não pode abrir mão do uso de recursos literários como as metáforas, as alegorias, etc.

Palavras-chave: História. Retórica. Narrativa.

Abstract: This paper examines the relationship between history and rhetoric, ie, it is proposed to discuss the controversy surrounding the composition writing of history from rhetorical figures. Explains that although the story is an investigative genre with distinct goals and specific modes of fiction and literature it is not without its character of written composition. In this sense, literary procedures and rhetorical devices do not fail to show the character of truth (*alêtheia*) of historical writing. A historical plot to be well done cannot give up the use of literary devices such as metaphors, allegories, etc.

Keywords: History. Rhetoric. Narrative.

Acredito que seja pertinente iniciar este texto lançando de antemão uma pergunta: podemos afirmar que estamos vivendo o retorno da retórica ao campo da historiografia? Dito de outra forma, da crescente preocupação com a composição escrita da história? Essa parece ser a “crise da história” lançada nos anos 1980 e 1990 e que permanece até hoje, contenda nada tranquila entre os seus pares.

Foi no último terço do século XVIII que o conceito de história passou a tomar feição moderna quando deixou de se falar em histórias particulares, mas empregar o singular coletivo a muitos e diversos acontecimentos. Ou seja, até então a história (*historie*), relato de algo acontecido, pressuposta a constâncias das reações humanas, escrita para o proveito das gerações futuras e como instrução para a vida (*plena*

* Doutor em História (UFPE) e Coordenador Geral do Campus VIII/Marabá, da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: airtonper@yahoo.com.br

exemplorum est historia) deu lugar a um novo conceito de história. O historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), ao tratar da mudança semântica experimentada pelo conceito de “história” no espaço da língua alemã, verificou que o antigo *topos* da história *magistra vitae* se dissolveu dando lugar a uma disciplina pretensamente científica. Segundo ele,

A palavra estrangeira que o léxico nacional tomou de empréstimo, “*Historie*”, que significava predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido, designando especialmente as ciências históricas, foi sendo visivelmente preterida em favor da palavra “*Geschichte*” (p.48) [grifo do original].

Assim, se verifica que, a partir desse fragmento de Koselleck, à medida que a expressão *Geschichte* tomou o lugar de *Historie*, a carga semântica da primeira tornou-se muito maior que a da segunda (*Historie*). Esta se referia à dimensão do relato, da narrativa do acontecimento, enquanto que *Geschichte* referia-se não apenas ao relato do acontecimento, como também e, sobretudo, ao “acontecimento em si”, ou seja, um conceito que passou a apreender ao mesmo tempo a interdependência dos eventos e a intersubjetividade dos discursos das ações. Um coletivo singular que estabeleceu um novo conceito de realidade, assim como um novo conceito de reflexão, diluindo as fronteiras que existiam entre retórica, história e moral (KOSELLECK, 2006).

A história não só passou a agregar histórias tidas como particulares, *res gestae* [coisas realizadas], a *pragmata* [os fatos] e a *vitae* [as vidas], mas passou a ser considerada aquela capaz de conferir a essa reunião de histórias dispersas e particulares uma coerência e uma totalidade enquanto discurso de verdade. Esse novo conceito de reflexão se desenvolveu pela ênfase no próprio evento mesmo que por si só não fosse a história. Quer dizer, o evento embora não sendo ele a história, passou a exigir reflexões sobre si mesmo, uma operação racional que só seria alcançada pela intervenção de um conhecimento nascente. Assim, a escrita da história implicava, de certa forma, a sua transferência de plano: deslocava-se do caótico da realidade para o ordenado plano de sua análise (LIMA, 2006).

Esse coletivo singular enquanto articulação dos eventos e estabelecimento de nexos internos às ações humanas mudou, significativamente, a conformação interna da própria história. O historiador pôde se dar ao luxo de “produzir” história, isto é, avaliar as causas, acompanhar as circunstâncias de longo prazo, alterar a disposição do começo e do fim de uma história, estabelecer uma cronologia, etc. a partir de uma perspectiva própria. O historiador pôde esboçar sistemas mais adequados à complexidade das

histórias do que uma simples adição de conhecimentos. Quer dizer, enquanto a *história espontânea*, como analisa Lima (2006), supõe àquela secretada pela própria realidade dos homens em interação, a face concreta, múltipla e contraditória da existência humana, a escrita histórica tornou-se, efetivamente, a intervenção de uma atividade interpretativa que passou a converter uma heterogeneidade de fatos em um conjunto temporal explicado. Afirma Lima (2006):

Podemos dizer que a história espontaneamente processada se distingue da escrita da história porque esta supõe a intervenção de uma atividade interpretativa, que não se restringe a sintetizar o que materialmente já se dera, senão que sujeita o fato a perguntas, propõe significações e valores, que passam a integrar o passado, para nós. Por essa intervenção do historiador, o passado se amolda a um ponto de vista que não concerne a um fato singular, senão às conexões estabelecidas entre uma série de fatos. Por causa da interferência da operação intelectual, Simmel acrescenta “não se pode[r] descrever o evento único (das Einzelne) como ele foi realmente, pois não se pode descrever o todo” (p.128).

Se o poder explicativo desse novo conceito derivava de sua capacidade de identificar o grau de coerência unificadora de experiências vivenciadas pelos homens e aí estava a sua importância e seu discurso de verdade e de autoridade, isso também lhe conferia o caráter de um discurso autoritário. Como escreveu Teixeira (2007):

Desde meados do século XVIII, portanto, que a história, ora travestida como filosofia da história, ora como ciência da história, vem assumindo esta postura impositiva, transferindo para outros povos, em outras épocas, em outros lugares, as razões que eram caras e prementes tão somente sob a ótica do espírito investigador (p.112).

Assim temos um discurso histórico agora ancorado no caráter de cientificidade que “cerrou os olhos e não via mais que aquilo que ele próprio descrevia como sendo modelar ou paradigmático” (TEIXEIRA, 2007, p.112). Um discurso que jogou, portanto, para a sarjeta os aspectos retóricos e estilísticos presentes nesse gênero desde a antiguidade greco-romana. Quer dizer, a escrita da história vista até então como uma forma de arte, um gênero literário e relatos de heróis, histórias épicas, cedeu lugar à formulação científica racional, abstrata, neutra, objetiva e longe da vida dos homens. Segundo Albuquerque Júnior (2007), a crescente formalização científica da história

a levará cada vez para mais longe da vida e dos homens, das veias que pulsam e do sangue grosso que nelas fervilha, para se tornar a narrativa de eventos sem sangue, antissépticos, mesmo quando narra suas guerras e revoluções. Eventos que passaram a ter como personagens os próprios conceitos, abstratos e racionais, que a própria historiografia inventa (p.48).

Essa assepsia cientificista aspirava ser o próprio passado e não o discurso sobre o passado. Nesse sentido, o relato passou a ser o espelho do passado ou tão-somente o transporte dos eventos. Como bem argumenta Luiz Costa Lima (2006): “a assepsia cientificista concebeu a linguagem como um meio neutro e transparente, apenas adequado ao transporte dos fatos” (p.92). Bastava tão-somente uma base documental para justificar a escrita da história. Para White (2006), nesses casos, a narrativa era considerada um contêiner neutro do fato histórico, um modo de discurso “naturalmente” apropriado a representar diretamente os eventos históricos. Esses eventos históricos, segundo ele, consistiam, portanto, em amontoados de estórias “reais” ou “vivas” as quais tinham apenas que ser descobertas ou extraídas das evidências e dispostas diante do leitor para ter a sua vontade reconhecida imediata e intuitivamente.

A formalização científica da história a partir desse novo conceito, para seu processo de consolidação, passou a se pautar naquilo que a história não deveria ser: poesia e mito. Ou seja, as concepções de objetividade e neutralidade inspiradas nos modelos explicativos das ciências naturais procuraram legitimar a imparcialidade da história. Os aspectos retóricos e estilísticos que marcavam a construção narrativa do fazer histórico até então viraram um pueril que sumiu na escuridão. A imaginação tornou-se frívola e incomoda. Os pares arte e história, ficção e verdade nesses tempos modernos se constituíram em manifestações opostas.

Embora que essa forma de fazer história tenha sido criticada sucessivamente até os anos 80 do século passado, nada de substancial havia mudado o estatuto narrativo da história. A Escola dos *Annales* e a historiografia marxista não pouparam suas críticas à presença da narrativa na história. A prática historiográfica dos *Annales*, pautada na quantificação e na longa duração, compreendia a narrativa como uma construção não científica cuja eliminação seria necessária para que o estatuto científico da história fosse percebido (LIMA, 2006). Já para a historiografia marxista, a narrativa não oferecia subsídios suficientes para que o historiador pudesse explicar o processo dialético das lutas de classes. Quer dizer, até os finais dos anos setenta e início da década oitenta do século XX, a historiografia deu ênfase às análises dos eventos sem oferecer importância aos aspectos narrativos presente na produção histórica.

Obras refundadoras publicadas nas décadas de 1970 e 1980, especialmente, *Como se escreve a história*, de Paul Veyne, *Meta-história*, de Hayden White e *A escrita da história*, de Michel de Certeau, podem ser consideradas demarcatórias no campo da

historiografia, pois ressaltam aspectos que ensejaram as mutações do trabalho histórico nos últimos anos: renúncia à história total, ou seja, ao projeto de uma história global capaz de articular num mesmo apanhado os diferentes níveis da totalidade social; a tomar as diferenciações territoriais como os quadros obrigatórios de pesquisa e ao primado conferido ao recorte social capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais (CHARTIER, 1991). São trabalhos, que de certa forma, despertaram nos historiadores o desejo de abandonar os “grandes modelos” explicativos, os paradigmas totalizantes, vertentes historiográficas produtoras de grandes sínteses, constituidoras de macroobjetos, história “historicizante”. Prática historiográfica essa que tem sido aos poucos deixada de lado dando lugar às novas abordagens e novas problemáticas ou temáticas de estudos, as quais, talvez mais do que em outras épocas, têm tido maior relação com outros campos do conhecimento como a antropologia, a sociologia, a literatura, a psicanálise, a linguística etc. São tentativas para decifrar de outro modo as sociedades atentando para as relações e as tensões que as constituem. Segundo Chartier (1991), as novas práticas historiográficas passaram a considerar não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações. Os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade e a forma como dela se apropriam, criando uma rede de significados. Deste modo, historiar é vivenciar no presente as práticas contraditórias, ou não, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo.

Hoje o veto ao ficcional e o controle da imaginação parecem perder as suas legitimidades. Os historiadores já podem marchar menos assombrados. Já podem admitir com maior tranqüilidade a presença da narrativa no campo historiográfico e afirmar que a história é a arte de inventar o passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Mas isso só é possível por meio da linguagem, uma vez que a composição escrita - a *narrativa* - se constitui ao mesmo tempo que compõe suas tramas. Ou seja, ao mesmo tempo em que a narrativa torna os acontecimentos compreensíveis, confere-lhes significação. Ela “aciona a intrincada rede da linguagem, perseguindo a utopia perene de colocar em relação as *palavras e as coisas*” (FERREIRA, 2000).

Nesse caso, podemos de certa forma afirmar que o texto histórico tem um papel performativo porque é substituto do ser ausente e que a linguagem permite a uma prática situar-se com relação ao seu outro, o passado, e isso só é possível por meio da narrativa (CERTEAU, 2007). Nesse sentido, a história enquanto escrita é uma

construção narrativa que produz sentido e isso é comum à literatura e a outras formas narrativas (RICOEUR, 2010; LIMA, 2006). Como argumenta Barthes (2004): “pode-se dizer que o discurso histórico é um discurso performativo com trucagem, em que o constativo (o descritivo) aparente não é de fato mais do que o significante do ato de palavra como ato de autoridade” (p.177/178) e ainda segundo ele, “o discurso histórico não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo continuamente *aconteceu*, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso significado de toda a narração histórica” (p.178).

Segundo Teixeira (2007), a história só pode tornar compreensível uma realidade passada mediante um processo de reconstituição dos acontecimentos passados situando-os dentro de uma ordem maior de acontecimentos cuja coerência é a própria medida da verdade que pode ser alcançada. Para ele, “não é a pregnância aos fatos, a fidelidade a eles, mas a forma como estão ordenados, classificados, relacionados numa trama mais complexa o que os dota de sentido” (p.114/115). E dialogando com White* argumenta que a narrativa torna os acontecimentos compreensíveis, confere-lhes significação: dá sentido ao que aconteceu ao situá-lo num todo mais complexo, não obstante, coerente e integrado; atribui valor ao fato analisado definindo sua importância dentro da trama. Ainda sobre o papel da narrativa no discurso histórico salienta que:

(...) trata-se de admitir que, enquanto discurso sobre alguma coisa, a história não tem como fugir aos processos narrativos, retóricos e de construções de imagens própria às formulações discursivas elas mesmas: este todo complexo que passa pelo "ato configurante" e o "pôr em intrigas", passa igualmente pelo plano dos *tropos* e dos "modos de argumentação que a retórica opõe às pretensões hegemônicas da lógica", para finalmente reforçar-se no poder transitivo da imagem, em sua capacidade de "dar a ver" e, por extensão, "fazer crer" (p.117).

Mas o estabelecimento da história científica, calcada em conceitos abstratos e racionais, obcecada em narrar eventos, como diria Albuquerque Júnior (2007), “sem sangue, antissépticos” (p.48) coincidiu com o fim da retórica clássica. Ou seja, o padrão cientificista da modernidade que alcançou os vários domínios foi o desenvolvimento de uma forma de discurso racional pautado na neutralidade e na objetividade, anti-verossímil, portanto a-retórico.

A retórica que significou, durante muito tempo, a compilação de apanhados instrutivos, performáticos do discurso se viu ruir com o *cogito* cartesiano, fundamento

* Hayden White. *El Contenido de la Forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Paidós, 1992.

“inquebrantável da certeza”, gerador do sujeito impessoal ou abstrato da ciência. Esse fundamento tomou o comando do campo do discurso e da representação ao mesmo tempo em que tirou de cena a predominância cultural da retórica.

Segundo Wellbery (1998), cinco são os fatores que tornaram a prática e a doutrina tradicional da retórica um tanto obsoletas: a) “‘transparência’ e ‘neutralidade’ surgiram como valores predominantes do discurso teórico e prático - o discurso científico passou a se ancorar na ‘objetividade’; b) os valores de ‘autoria’ e ‘expressão individual’ vieram a definir o domínio literário - o discurso imaginativo passou a se ancorar na ‘subjetividade’; c) o discurso político liberal surgiu como linguagem da troca comunitária; o modelo oratório de comunicação foi substituído pela imprensa e a publicação – a Europa foi alfabetizada; e) e o Estado-nação tornou-se a unidade política central e surgiram línguas nacionais padronizadas como esfera linguística de referência para a produção e compreensão culturais”(p.28).

Vale ressaltar aqui, portanto, que a retórica desde a antiguidade grega aos finais do século XIX (senão aos meados do século XX), significou, de certa forma, “a arte do bem falar”. Cabia, portanto, aos retóricos propor cursos performativos do discurso que compreendiam a eloquência do orador, uma retórica preocupada com o ornato, em certo sentido: convencer, deleitar e comover o auditório. Uma retórica que compreendia a arte da tomada de posição do discurso, como uso da oratória. Partes como *exordium*, relação dos fatos, argumentação, ilustração digressiva para prova e contra prova eram então necessários. Os oradores eram exuberantes apresentadores que cativavam e encantavam às plateias. Aqui está, portanto, a matriz aristotélica (mas também sofística) do sistema retórico que influenciou os diversos cursos de discursos.

De acordo com Meyer (2007), o edifício retórico dividia-se em cinco partes. A primeira consistia na *invenção* do discurso, na qual o orador deveria apresentar os argumentos relativos à questão tratada, bem como os meios de persuasão de acordo com o gênero a que pertencia o discurso. Segundo Cícero (1992), três eram os gêneros do discurso do orador: o judiciário, o deliberativo e o laudatório (epidíctico). No gênero judiciário o objeto era o direito, que acusava ou defendia. O deliberativo tinha por finalidade persuadir ou dissuadir e o laudatório (epidíctico) era centrado no estilo atraente e agradável com a função de elogiar ou censurar.

A segunda parte do edifício retórico, de acordo com Meyer, consistia na *disposição* (ou narração), ou seja, a organização do discurso, dividida em: exórdio,

narração, argumentação ou demonstração, com a exposição do pró e do contra e epílogo (ou conclusão). Segundo Meyer (2007), para o autor de *Retórica a Herênio* (I,3), por muito tempo atribuída a Cícero:

O exórdio é o início do discurso: ele dispõe e prepara o espírito do ouvinte ou do juiz para escutar. A narração expõe o desenrolar dos fatos como eles aconteceram ou podem acontecer. Na divisão dos argumentos, elucidamos os pontos de acordo e os de desacordo, e expomos aquilo sobre o que falaremos. A confirmação expõe, com base em prova, nossos argumentos. A refutação deduz os tópicos básicos da conclusão adversa. A conclusão fecha com mestria o discurso (p.47).

Já nas partes seguintes: a *elocução*, a *memória* e a *ação*, onde todos os elementos precedentes se encontravam, segundo Meyer, trata-se do estilo e da fase da pronúncia do discurso, meio pelo qual se atingia o público, no sentido de persuadi-lo, envolvendo-o não só com a expressão oral, mas também com a expressão corporal.

Hoje, quando se debate sobre a composição escrita da história, é possível perceber, de acordo com Wellbery (1998), que isso acontece em decorrência da importância teórica e prática da retórica no decorrer do século XX em diversos domínios. Para David Wellbery, essa repetição da tradição retórica se dá porque as cinco condições de sua impossibilidade (objetivismo, subjetivismo, liberalismo, alfabetização e nacionalismo) foram eliminadas, propiciando, deste modo, um novo espaço cultural e discursivo. Segundo Wellbery, o próprio modernismo testemunhou o desmoronamento do discurso científico e prático que jogou para a sarjeta a retórica. Esse autor aponta cinco razões, aqui citadas resumidamente, que foram preponderantes para a volta da retórica: a) o desmoronamento do ideal de objetividade científica e a perda da fé na neutralidade do discurso científico e prático, conjugados à falta de confiança no padrão de transparência representativa; b) o ato de erodir o valor de subjetividade fundadora que contribuiu para o declínio da retórica, ou seja, os valores de autoria e criatividade individuais foram desmantelados porque estamos vivendo em um mundo de alteridade e não a partir de si mesmo, disto decorrendo que o sujeito jamais poderá recuperar o autodomínio homogêneo e soberano; c) a explosão do modelo liberal de comunicação do iluminismo, simultaneamente ao surgimento da sociedade de massas e suas formas de troca, no qual sujeitos racionais individuais da esfera pública contribuem de maneira desinteressada para o debate político. Tanto na política quanto no mercado, a manipulação retórica se tornou regra. Vale ressaltar aqui o papel da publicidade, do *marketing*, da propaganda, etc.; d) Embora o mundo gráfico continue em alta, ocorre o destronamento da imprensa. Já não vivemos no mundo do jornal e do

livro. O filme, a televisão, a reprodução fonográfica, a internet e outras formas de comunicação vêm tomando lugar da imprensa e, inclusive, a alfabetização já não representa a única forma de acesso à cultura; e) o modelo de língua nacional já não é mais a forma de produção e autocompreensão. Estamos vivendo em uma época de mercado urbanístico poliglota, onde dialetos, socioletos e idioletos proliferam e se chocam. Quer dizer, o quadro da cultura nacional, que tinha deslocado o internacionalismo da tradição retórica, entrou em colapso.

O renascimento da retórica compreende, hoje, os vários campos do empreendimento intelectual e da produção cultural, porém já não se trata mais daquela tradição clássica, nem tão pouco de um conjunto coerente de práticas discursivas. Trata-se, por vez, de um campo transdisciplinar de preocupação prática e intelectual. Segundo David Wellbery é válido falar não em retórica, mas em retoricidade, uma vez que estamos vivendo em uma época de uma retórica generalizada que penetra nos mais profundos níveis da experiência humana. Já não se trata de uma retórica que dilatou o discurso e o fixou numa malha de limitações, isto é, um discurso governado por regras. Mas trata-se de retoricidade, uma retórica generalizada que não está presa a nenhum conjunto específico de instituições e nomeia as novas condições do discurso no mundo moderno. Retoricidade que nomeia a categoria fundamental de toda investigação que busca descrever a natureza da ação e da troca discursivas.

Trata-se, pois, da volta da composição retórica à escrita da história? Segundo Chartier (1994), a questão da volta da narrativa aos campos da historiografia, isto é, de uma escritura construída a partir de figuras retóricas tem sido mal colocada uma vez que não se pode falar do retorno de algo que nunca deixou de existir. Embora a história tenha se esquivado à classe dos relatos e apagado as figuras próprias de sua escritura, em nome de seu cientificismo, conhecimento controlável e verificável, toda história, mesmo a menos narrativa, mesmo a mais estrutural, segundo Chartier, é sempre construída a partir de fórmulas que governam a produção das narrativas. Nesse sentido não se pode falar de retorno ou de descoberta onde não houve nem partida e nem abandono. Para Chartier (1994), o que existe, na verdade, são certas preferências dadas a algumas formas de narrativas em detrimento de outras. Como, por exemplo, as narrativas da micro-história não acionam nem as mesmas figuras nem as mesmas construções das grandes “narrativas” estruturais da história global ou das “narrativas” estatísticas da história serial.

Nesse sentido, a presença da retoricidade no campo da história nada mais é do que a preocupação com a composição escrita da história. A defesa de que o conhecimento histórico não se pode eximir da trama narrativa, da intriga. É entender a história como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que nada difere da ficção (CERTEAU, 2007; CHARTIER, 2009). Entender que o relato é decisivo no processo da construção histórica. Aliás, não existe conhecimento histórico se não for por meio da presença do relato, da narrativa. A operação básica da história é a construção do relato. Se não tem construção do relato não tem historiografia. Quer dizer, a presença de figuras retóricas no relato histórico é pensar o estatuto narrativo da história em termos de composição, da trama, do enredo (RICOEUR, 2010).

Quer dizer, quando Chartier (1994) afirma que não se trata do retorno e nem tão pouco da redescoberta da narrativa é porque não existe história sem relato. O problema é que grande parte dos historiadores deixavam despercebida a trama, a construção narrativa do texto. O que importava à ciência era o conteúdo e não a forma. Havia uma falsa dicotomia entre a forma e o conteúdo. A preocupação com o estilo cabia à arte e não à ciência. A trama era entendida como do campo do verossímil, portanto não do palco da verdade, da ciência. Esta se preocupava com o conteúdo, já a linguagem era tida como um meio neutro e transparente apenas adequada ao transporte dos fatos.

O que temos, na verdade, são distintos estilos de relatos, mas sempre houve relato em história. Segundo White (2006), o conflito que se estabelece entre “narrativas que competem” tem menos a ver com os fatos da matéria em questão do que com os diferentes significados dos relatos pelos quais os fatos possam ser contemplados na elaboração do enredo. Para White,

Isso levanta a questão da relação dos vários tipos de enredos genéricos que podem ser usados para dotar eventos com diferentes tipos de significados - trágico, épico, cômico, romance, bucólico, farsa e similares. É essa relação entre uma dada estória, contada sobre uma série de eventos, a mesma daquela obtida entre uma afirmação factual e seu referente? Pode-se dizer que séries de eventos reais são intrinsecamente trágicas, cômicas ou épicas, de forma que a representação desses eventos como estória trágica, cômica ou épica possa ser avaliada pela sua exatidão factual? Ou tudo tem a ver com a perspectiva por meio da qual os eventos são vistos? (p.193).

Contudo, faz-se necessário o cuidado com a construção textual não só para não fazer como os positivistas ao tomar a linguagem como simples modo de referência de conteúdos factuais, mas de sempre levar em conta que a construção da narrativa

histórica difere da literatura embora na “fase representativa”, isto é, a formalização escritural do discurso contenha uma “formalização literária”. Segundo Lima (2006), preocupar-se com a composição textual não supõe considerar a verdade uma falácia. Para ele, “a procura de dar conta do que houve e porque assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história. Ela é a sua aporia. Analiticamente, porém, cabe mostrar os poros (...), assim como que a *alétheia* não se esgota no plano da factualidade” (p.37). Portanto, não quer dizer que o historiador deva abrir mão da imaginação. Pelo contrário, a imaginação é parte intrínseca do discurso histórico (BARTHES, 2004), mas levando em conta que a história tem aporia: *afirmar a verdade do que investiga*: “ora, ser a imaginação dominante”, salienta Luiz Costa Lima “implica que a verdade deixa de ter condições de ser aporia. A escrita da história supõe um papel subalterno concedido à mimesis porque o *fio de prumo da história é a aporia da verdade*, ao passo que ‘o poeta nunca afirma e, por isso, nunca mente’ (p.155) (grifo meu).

Essa preocupação da história enquanto gênero da investigação da verdade acompanha a escrita da história desde a antiguidade grega, desde seu surgimento. Quer dizer, o historiador é aquele que se preocupa com a verdade em seu relato. Esta deve ser a sua causa primeira, como escreveu Luiz Costa Lima: *o fio de prumo da história*. O historiador não pode aceitar de primeira mão aquilo que lhe é dito. O historiador é aquele investigador que vai colocar o que lhe chega ao conhecimento em questão. E isso é evidentemente uma preocupação que vai marcar o gênero historiográfico desde Tucídides. Vejamos:

No que diz respeito aos acontecimentos passados, mesmo aqueles referentes à sua própria terra, os homens têm por hábito acolher, com seus ouvidos, os relatos tradicionais, sem se preocuparem em submetê-los a exame e a inquirição. [...] Pois a maioria dos homens é sempre descuidada no que tange à investigação da verdade (*alétheia*), preferindo aceitar de pronto o que mais facilmente se oferece (Tucídides, I.20.1; I.20.3 apud Magalhães, 2007, p. 13).
 Em linhas gerais, as conclusões que, a partir das evidências, apresento, são condizentes com os acontecimentos transcorridos e não se deixam enganar pelas versões cantadas pelos poetas, que têm por ofício engrandecer e embelezar a realidade, nem pelas composições dos cronistas (*logographoi*), mais preocupados em seduzir os ouvidos do que em respeitar o verídico (*aléthês*) (TUCÍDIDES, I.21.1 apud MAGALHÃES, 2007, p. 13).

Não foi à toa que este historiador tenha sido tão reverenciado pelo historicismo e pelo positivismo como fundador da história científica (HARTOG, 2003; MAGALHÃES, 2007) e de certa forma como opositor dos cânones narrativos poéticos. Para Tucídides, enquanto os poetas visavam engrandecer e embelezar a realidade, o

historiador deveria “examinar com precisão tanto os acontecimentos passados como os que, em algum dia, voltarão a ocorrer de forma semelhante, em função de seu caráter humano” (TUCÍDIDES, I.22.4 apud MAGALHÃES, 2007, p.13).

No entanto, isso não quer dizer que a escrita da história não deva ser agradável, que não deva comover, deleitar, que não deva ter um estilo. Embora a história seja um gênero investigativo e o que lhe define não seja o estilo, como a poesia, por exemplo, a investigação da verdade (*alêtheia*) pela história não pode abrir mão dos artifícios retóricos em detrimento de uma escrita sem tempero, sem gosto e fria. Se o tempero é que deixa a comida saborosa, comível, assim também é a escrita na história. Um enredo histórico para ser bem feito não deve abrir mão, portanto, do uso de recursos literários como as metáforas, as alegorias, os diálogos etc. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Assim, aquilo que o historiador acolhe textualmente nos limites do estilo, e por ser historiador entende ser verdadeiro, exige dele que, sem abrir mão da imaginação, demonstre sê-lo. Cabe ao historiador (é sua obrigação) demonstrar a verdade textualmente, narrativamente. Segundo Lima (2006), para que a inscrição de verdade, na escrita da história, não seja simplesmente arbitrária faz-se necessário que ela seja acompanhada de um predicado demonstrável. Isso implica, portanto, não abrir mão de recursos retóricos e dos usos da imaginação. Para tanto, conforme Michel de Certeau, o historiador deve convidar para seu texto as “autoridades” e isso só é possível por meio das citações. Quer dizer, o grau de credibilidade e de confiabilidade de seu discurso perpassa, sobretudo, pelo outro: convocado para ali se fazer presente:

Pelas citações, pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira, ele (o discurso) se estabelece como saber do outro. [...] a decomposição do material (pela análise ou divisão) tem sempre como condição e limite a unidade de uma recomposição textual. Assim, a linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. Sob este aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade (CERTEAU, 2007, p.101).

Portanto, vale lembrar que o historiador não pode esquecer dos compromissos com a produção metódica de sua intriga demandados pela “instituição histórica”. Esta é a que oferece regras para a produção desse conhecimento. Uma obra historiográfica vai ter valor se referendada pelos seus pares. A prática historiográfica é exercida obedecendo regras do lugar social ocupado pelo historiador. Segundo Certeau (2007),

Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe

permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise (p.76/77).

Isso vale dizer que o historiador ao construir memórias passadas segundo jogos de linguagem, ele o faz por meio da prática da pesquisa e da escrita sempre mediadas pelo lugar que ocupa, pelas instituições e ações que as motivaram (CERTEAU, 2007; LIMA, 2006). Portanto, embora a historiografia tenha discurso próprio com metas e modos específicos bem distintos da ficção e da literatura, ela não está isenta de seu caráter de composição escrita. Procedimentos literários e artifícios retóricos não impedem, portanto, o caráter de verdade da escrita histórica.

Como os monumentos deixados pelo passado são fragmentados, para a escrita da história ter inteligibilidade, a linguagem deve ser dotada de sequência narrativa e de eficácia persuasiva. Ou seja, de posse de artifícios retóricos, o discurso histórico, sem abrir mão das regras que lhe são próprias, numa arte de inventar o passado, ganha inteligibilidade e especificidade. Assim, embora distinta da narrativa ficcional, a interpretação em história é narrativa uma vez que recorta seus objetos e constrói, em torno deles, uma intriga.

Referencias

- ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru (SP): Edusc, 2007.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados, 11(5), São Paulo, 1991.
- CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, 1994, p. 97-113.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CICERO, Marco Túlio. *Do Orador*. Lisboa: Res Editora, 1992.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A narrativa histórica na prosa do mundo*. Itinerários, Araraquara, 15/16:133-140, 2000.
- HARTOG, François. *Os antigos, o Passado e o Presente*. Brasília: EDUNB, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006.

MAGALHÃES, Luiz Otávio. *Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heroico*. In: JOLY, Fábio Duarte (Org.). *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p.13-43.

MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *História e cultura: cruzamentos e impertinências*. Ciências Humanas em Revista, São Luís, v. 5, número especial, junho 2007, p.109-119.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2008.

WELLBERY, David E. *Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica*. In: LIMA, Luiz Costa e KRETSCHMER, Johannes (Orgs.). *Neo-retórica e desconstrução*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.11-47.

WHITE, Hayden. *Enredo e verdade na escrita da história*. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A escrita da história: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 191- 210.

Recebido em: 02.09.2014

Aceito para publicação em: 22.12.2014